

Moção 59

Por uma Inteligência Artificial (IA) ao serviço do trabalho, da democracia e da justiça social.

A Inteligência Artificial (IA) chegou ao trabalho, à escola, à administração pública, à ciência, à saúde, à cultura, à comunicação social, aos serviços, à indústria e à vida quotidiana. Não devemos Ignorá-la como se fosse uma ameaça inevitável, mas aceitá-la sem regras, sem justiça e sem democracia, seria abdicar da política e da cidadania e das pessoas.

A presente moção parte de uma convicção simples: não somos contra a inteligência artificial. Somos contra uma economia em que os ganhos da inteligência artificial sejam apropriados por poucos, enquanto os custos sociais da substituição do trabalho são transferidos para muitos. Somos contra uma transição tecnológica em que as empresas ficam com a produtividade, os acionistas com os dividendos, os Estados com a despesa social e os trabalhadores com a insegurança. A questão central é saber quem beneficia dessa tecnologia enquanto recurso ativo, quem paga, e quem fica protegido se a IA tecnologia começar a substituir trabalho humano em larga escala. No final do dia, o financiamento do Estado Social que defendemos, não pode continuar a recair quase exclusivamente sobre quem trabalha. Seria ainda mais injusto permitir que as grandes empresas tecnológicas, muitas delas beneficiárias de investigação pública, infraestruturas públicas, contratos públicos, formação pública, dados produzidos socialmente e apoios diretos ou indiretos do Estado, acumulassem rendas extraordinárias sem contribuírem proporcionalmente para reparar os efeitos sociais da substituição laboral.

Esta moção defende, assim, um novo contrato social tecnológico: inovação sim, mas com responsabilidade; produtividade sim, mas com redistribuição justa pelas pessoas; automação sim, quando melhora a vida humana, mas nunca como pretexto para descartar trabalhadores como se fossem custos obsoletos.

Considerando que:

A IA é uma tecnologia de uso geral, com impactos profundos na organização do trabalho, na produtividade, na administração pública, na ciência, na educação, na cultura e na economia, e que os seus benefícios sociais só serão plenamente alcançados se forem orientados por critérios de justiça, transparência, sustentabilidade, direitos fundamentais e participação democrática;

A substituição de trabalho humano por sistemas automatizados pode reduzir postos de trabalho, pressionar salários, enfraquecer carreiras contributivas, aumentar a precariedade e transferir para o Estado os custos da transição, colocando em causa um Estado social;

Muitas empresas tecnológicas beneficiam de investimento público. A concentração de algoritmos, plataformas, patentes e poder computacional pode aprofundar desigualdades;

Esta moção defende que, quando e se, a IA substituir trabalho humano de forma significativa, os lucros e rendas dessa substituição devem contribuir proporcionalmente para compensar perdas laborais, financiar a requalificação, proteger rendimentos, reforçar a segurança social e redistribuir os ganhos de produtividade.

Propostas (centradas em 3 eixos: justiça fiscal, direitos laborais e responsabilidade pública das empresas tecnológicas).

1. Criar uma contribuição sobre lucros extraordinários associados à IA

Esta contribuição é destinada a financiar uma transição justa digital; defendemos a criação de uma contribuição específica, progressiva e proporcional, aplicada às grandes empresas tecnológicas e às empresas de grande dimensão que obtenham ganhos extraordinários através da substituição significativa de trabalho humano por sistemas de IA e/ou automação avançada. Deve incidir sobre lucros excepcionais, redução da massa salarial, concentração de mercado e apropriação privada de ganhos de produtividade.

As receitas devem financiar um Fundo para a Transição Justa Digital, destinado a apoiar trabalhadores afetados, reforçar a segurança social, financiar formação paga em horário laboral, apoiar transições profissionais e compensar os custos sociais da automação.

2. Garantir democracia laboral na introdução da IA nos locais de trabalho

A introdução de sistemas de IA com impacto no emprego, nos ritmos de trabalho, na avaliação de desempenho, na remuneração, nos horários deve estar sujeita a informação prévia, e deve ser criado um sistema de consulta e negociação com trabalhadores e sindicatos.

Devem ser proibidas decisões laborais exclusivamente automatizadas, garantindo sempre explicação, intervenção humana, direito de contestação e auditoria independente.

3. Condicionar apoios públicos e contratos do Estado à responsabilidade social das empresas tecnológicas.

Todas as empresas que recebam financiamento público, benefícios fiscais, contratos públicos, fundos europeus ou acesso privilegiado a infraestruturas públicas de computação devem assumir compromissos claros de responsabilidade social.

Esses compromissos devem incluir o pagamento efetivo de impostos nos países onde geram valor, planos de formação e requalificação dos trabalhadores, respeito pelos direitos sindicais, transparência sobre os impactos laborais da IA, proteção de dados, avaliação ambiental dos centros de dados e partilha justa dos benefícios quando a inovação assenta em conhecimento, infraestruturas ou dados produzidos socialmente.

Em resumo, esta proposta defende uma inteligência artificial ao serviço da inovação, da ciência e do progresso social, mas sempre subordinada à dignidade humana, ao trabalho digno, à negociação coletiva, à transparência das decisões automatizadas, à justiça social, à sustentabilidade e ao fortalecimento da democracia. Todas as empresas que recebam financiamento público, benefícios fiscais, contratos públicos, fundos europeus ou acesso privilegiado a infraestruturas públicas de computação devem assumir compromissos claros de responsabilidade social. Com pagamento efetivo de impostos nos países onde geram valor, planos de formação e requalificação dos trabalhadores e respeito pelos direitos sindicais.

O LIVRE delibera criar uma **Comissão de Acompanhamento das Práticas de Inteligência Artificial, Trabalho e Justiça Social**, com a missão de estudar, acompanhar e propor políticas públicas sobre os impactos da inteligência artificial no emprego, nos direitos laborais, na proteção social, na fiscalidade, na administração pública e na democracia.

Ver declaração ética de utilização de IA utilizada no Anexo I

Proponentes

- António Lopes

Moção 59

Anexo

Anexo I - Declaração de utilização de LLM (ChatGPT 5.5)

Moção política - Por uma Inteligência Artificial (IA) ao serviço do trabalho, da democracia e da justiça social.

Declaração ética: a LLM-IA usada (ChatGPT5.5) serviu para procurar informação científica e fidedigna sobre o tema, para traduzir textos escritos em línguas estrangeiras e organizar as ideias. O texto final foi composto a partir das sugestões da IA e reescrito de acordo com a intenção do(os) seu(s) autor(es). Reiteramos toda a nossa disponibilidade para melhorar os uso ético da IA e assumimos todas as consequências da sua utilização. Rejeitamos liminarmente qualquer utilização não ética, sem refletir os nossos ideias e valores de esquerda democrática, progressista, e defensora dos direitos humanos e do trabalho.

Prompt (orientações refeitas a partir das ideias originais):

“Quero que elabores um texto político de elevada qualidade, com a forma de uma moção política, escrito numa perspetiva de esquerda europeia, democrática, socialmente justa e não radical.

A moção deve partir da seguinte ideia central: a inteligência artificial chegou, é uma tecnologia importante e não deve ser rejeitada em si mesma. No entanto, se e quando a IA começar a substituir postos de trabalho de forma significativa, as grandes empresas tecnológicas — sobretudo aquelas que concentram poder económico, dados, infraestruturas digitais e capacidade computacional — devem ser tributadas de forma justa e proporcional, de modo a compensar a perda de emprego, financiar a proteção social, apoiar a requalificação profissional e redistribuir os ganhos de produtividade.

O texto deve deixar claro que não somos contra a inteligência artificial, nem contra a inovação tecnológica. Pelo contrário, reconhecemos o seu potencial para melhorar a sociedade. O que **rejeitamos** é que os benefícios da IA sejam apropriados por um pequeno número de grandes empresas, enquanto os custos sociais — desemprego, precariedade, perda de rendimentos, fragilização da segurança social e necessidade de requalificação — recaem sobre os trabalhadores e sobre o Estado.

A moção deve sublinhar que muitas destas grandes empresas tecnológicas beneficiaram, direta ou indiretamente, de investimento público, investigação financiada pelo Estado, infraestruturas públicas, sistemas educativos públicos, contratos públicos, benefícios fiscais e dados produzidos socialmente. Por isso, quando obtêm lucros extraordinários através da automação e da substituição de trabalho humano, devem contribuir de forma acrescida para o bem comum.

*Quero que o texto seja inspirado no pensamento de **Ljubica Nedelkoska**¹, nomeadamente no artigo publicado na revista Nature sobre inteligência artificial, trabalho e redistribuição, bem como nas intervenções recentes do **Papa Leão XIV sobre a dignidade humana, o trabalho e os riscos sociais da inteligência artificial**².*

*A moção deve ter um tom **político sólido, humanista, europeu e progressista, evitando radicalismos ou linguagem excessivamente panfletária**. Deve defender uma posição equilibrada: apoiar a inovação, mas exigir*

¹Nature **654**, 574 (2026), doi: <https://doi.org/10.1038/d41586-026-01877-y>

²Encíclica Magnifica Humanitas

justiça fiscal, responsabilidade social das grandes empresas tecnológicas, proteção dos trabalhadores, reforço do Estado social e governação democrática da inteligência artificial.

*Peço que apresentes uma moção completa, bem estruturada, com considerandos, princípios políticos, propostas concretas e uma conclusão forte. Inclui também soluções possíveis, tais como: uma **contribuição sobre lucros extraordinários** associados à substituição laboral por IA; **um fundo europeu para a transição justa digital**; **direito à requalificação profissional**; **negociação coletiva** sobre a introdução de IA nos locais de trabalho; **condicionalidade social dos apoios públicos** às empresas tecnológicas; **proteção contra despedimentos** automatizados; e mecanismos de **redistribuição dos ganhos** de produtividade. O objetivo é produzir um texto politicamente consistente, eticamente sólido e mobilizador, que defenda uma inteligência artificial ao serviço das pessoas, da democracia, do trabalho digno e da justiça social.*